



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
Núcleo de Apoio Regional de Serro

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0039844/2021-51

A SUPERVISORA REGIONAL DA UNIDADE REGIONAL DE FLORESTAS E BIODIVERSIDADE JEQUITINHONHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, COM BASE NO INCISO I DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DO DECRETO Nº 47.892, DE 23 DE MARÇO DE 2020, CONCEDE AO REQUERENTE ABAIXO RELACIONADO A AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL EM CONFORMIDADE COM NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES. CERTIFICADO EMITIDO ELETRONICAMENTE.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	2100.01.0039844/2021-51	IEF - NAR-SERRO /URFBIO-JEQUITINHONHA
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: Achilles Augusto Silva		CPF/CNPJ: 960.548.326-20
Endereço: Rua Pilar. n 113, Apt 202		Bairro: Grajau
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30.431-118
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: Achilles Augusto Silva		CPF/CNPJ: 960.548.326-20
Endereço: Rua Pilar. n 113, Apt 202		Bairro: Grajau
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30.431-118

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Cachoeira	Área Total (ha): 445,5029
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 5993	Município/UF: Santo Antônio do Itambé-MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3160207-6BBB.D5F0.31E9.43D7.8CA9.6C28.BC5F.C0FE	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Un
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	5,5886	ha
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	1,5232	ha
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	2,7813	ha

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)
Pecuária	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos em regime extensivo (G-02-07-0)	9,8931

6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Mata Atlântica	9,8931	Floresta Estacional Semidecidual	Inicial	9,8931
Total:	9,8931		Total:	9,8931

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Carvão de Floresta Nativa	Comercialização	262,4345	m³

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Marcos Felipe Ferreira Silva – MASP 1460925-9

Data da Vistoria: 16/07/2021

9. VALIDADE

Data de Emissão: 27/09/2021

Validade: 3 (três) anos

Observações:

ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	SIRGAS 2000	23K	683354	7961347
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	SIRGAS 2000	23K	686907	7961194
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	SIRGAS 2000	23K	686936	7961035

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)Medidas mitigadoras:

- Conservar as estradas de acesso à área, trilhas internas e observar possíveis processos iniciais de erosão, para evitar danos ao terreno;
- Monitoramento, principalmente nos meses mais secos, para se evitar eventuais incêndios;
- Visando à minimização do impacto do desmatamento sobre a fauna, sugerimos na medida do possível, que o usuário do sistema adote uma cronosequência e uma distribuição espacial das operações (desmate), para que haja sucesso no deslocamento dos animais para área de reserva legal e áreas de preservação permanente;
- Reduzir ao máximo a movimentação de máquinas agrícolas na área do projeto, visando alterar o mínimo possível a estrutura física do solo;
- Embora não se tratar de área com potencial erosivo, manter medidas preventivas de drenagem e recobrimento do solo, visando evitar erosões tanto nas áreas de cultivo, como também nas estradas de acesso;
- Na medida do possível, incorporar resíduos da exploração do solo e manter técnicas de cultivo conservacionistas, como cultivo em curva de nível em áreas com declive mais acentuado e construção de terraços para possibilitar maior infiltração de água no solo, melhorando assim, as condições das pastagens e, conseqüentemente, reduzindo os problemas de erosão.

Medidas compensatórias

- Devido a presença de áreas com uso consolidado em APP, será implantado o PTRF em todas as APP do imóvel que possuam uso alternativo do solo.
- O PTRF propõe como forma de reconstituir a vegetação o controle de braquiária por meio do pastoreio controlado, roçada, enleiramento de galhos e tocos em técnica de nucleação, plantio de espécies nativas no espaçamento de 3 x 2 m e controle de formigas.

-O cronograma de execução do PTRF deverá ser executado no mesmo ano agrícola da supressão da vegetação nativa.

12. OBSERVAÇÃO

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar todas as medidas mitigadoras propostas no PUP;	
2	Os animais deverão ser criados em área limitada por cercas ou as APP e reserva legal deverão ser cercadas de forma a impedir que os animais acessem as áreas de uso restrito;	Antes da soltura dos animais
3	Executar PTRF recompondo a vegetação nativa em todas as APP do imóvel com uso alternativo do solo, conforme metodologia proposta no processo;	12 meses
4	É vedada a supressão de indivíduos de <i>Dalbergia nigra (Jacarnadá-da-bahia)</i> e <i>Melanoxylon brauna</i> (braúna). Deverá ser executado o Plano de Conservação para Espécies Ameaçadas conforme metodologia proposta no processo;	Perpétuo
5	Apresentar semestralmente relatório de cumprimento de condicionante para reconstituição da vegetação em APP;	36 meses
6	Apresentar após a supressão da vegetação relatório de cumprimento de condicionante de preservação de espécies ameaçadas de extinção.	2 meses após a supressão da vegetação

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Piedade Alves Machado, Supervisora Regional**, em 27/09/2021, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35765788** e o código CRC **6EC6C9DA**.